

3.

JANEIRO · 2018

*Ponte de Lima:
do passado ao presente,
rumo ao futuro!*



A FAMÍLIA DE NORTON DE MATOS NA POLÍTICA DO SÉCULO XIX

NORTON DE MATOS FAMILY IN THE POLITICS OF THE 19TH CENTURY

Nesta comunicação se dá a conhecer a participação dos antepassados de Norton de Matos na conturbada política do século XIX em Portugal. Ainda que os seus nomes se tenham perdido no tempo, o empenho com que se dedicaram e os sacrifícios que dispensaram às causas públicas abriram o caminho através do qual o General inscreveu o seu nome na História de Portugal.

This communication reveals the participation of the ancestors of Norton de Matos in the troubled 19th century politics in Portugal. Although their names have been lost in time, the dedication with which they dedicated themselves and the sacrifices that they gave to the public causes opened the way through which the General inscribed his name in the History of Portugal.

NORTON DE MATOS, POLÍTICA,
SÉCULO XIX, HISTÓRIA

NORTON DE MATOS, POLITICS,
NINETEENTH CENTURY, HISTORY

JOSÉ NORTON

Viana do Castelo esteve desde sempre ligada ao Mundo através do comércio marítimo. Natural é que lá chegassem com facilidade as sementes igualitárias transportadas pelos ventos que sopravam da Europa e dos nascentes Estado Unidos nos finais do século XVIII. E o terreno era fértil para crescerem porque havia na vila uma numerosa e influente comunidade de comerciantes, educados e cultos, que juntavam à energia com que promoviam os seus negócios a ambição de subir na escala social. Os Mendes Ribeiro dedicaram-se ao comércio em Viana do Minho desde pelo menos o princípio do século XVIII. Aquele que aqui nos interessa Domingos Mendes Ribeiro, Bisavô paterno do General Norton de Matos, nasceu em 1771, e quando em França se dá a tomada da Bastilha era um jovem de dezoito anos à beira de tomar nas mãos a casa comercial da família. Os primeiros documentos que nos mostram Domingos no exercício dessa actividade são cartas do tempo das invasões francesas, trocadas com os seus correspondentes de Lisboa e Porto. Nessa altura era ele comandante de um regimento de milícias como escreveu mais tarde referindo-se a si próprio numa nota curricular em que descreveu a sua actividade até 1828: *“Foi ele quem em 1808 e 1809 na qualidade de Instrutor, exercitou e disciplinou o seu Re-*

gimento de Viana; e fez as Campanhas do Minho, Beira e Traz os Montes”.^[1]

A política já andava no ar mas será preciso esperar até à década de 20 para o vermos envolvido nela.

Em 1822 pertencia, juntamente com o filho José à loja maçónica instalada em Viana^[2]. Esta filiação era, na altura, uma opção eminentemente política. Basta ter em conta a preponderante intervenção da Maçonaria no movimento revolucionário de 1820.

Não se pode assegurar que Domingos tenha participado, de que maneira e em que momento na preparação desse movimento. O seu nome assim como o do seu filho não consta da lista^[3] dos que assinaram a acta da sessão que teve lugar na Câmara em 26 de Agosto de 1820 em que se secundou a aclamação que dois dias antes se fizera no Porto.

Contudo, a fazer fé no autor da “História de um fogo morto” já em 1822 Domingos Mendes Ribeiro se fazia notar como encarniçado liberal: *“Na casa de Domingos Mendes, ao postigo do cais foi que este grito de intolerância - Constituição ou morte - se exibiu com maior ostentação”*^[4]

Além disso há provas de que Domingos Mendes Ribeiro veio a ser homem de confiança das autoridades vintistas. De onde nos surgem essas provas?

Ironicamente vamos buscar informação a um paradigma do Antigo Regime, que viria a condicionar durante muitos anos o regime Liberal o qual, em teoria, o devia

repudiar: o Contrato do Tabaco. Os Contratos Reais como o da pólvora, das madeiras do Brasil, da cobrança de impostos, pesca da Baleia e sobretudo os diamantes do Brasil e o do Tabaco, eram no século XVIII e este último durante todo o século XIX, fonte das receitas do estado e terreno onde se iam formando e crescendo grandes capitalistas, os contratadores. Estes arrematavam a administração desses contratos por um certo período de tempo pagando antecipadamente uma renda fixada em leilão, não raro de forma que não era a que mais favorecia o Erário Público. O contrato do Tabaco (incluía tabaco, rapé e estava-lhe associado o sabão) era uma enorme fonte não só de rendimentos como de poder, uma espécie de estado dentro do estado, dispendo até de guardas próprios para evitar os contrabandos.

Já no Contrato terminado em 1820, cujas Caixas Gerais eram os Barões de Porto Covo e de Sobral, Domingos Mendes Ribeiro partilhava a administração em Viana com José Bento de Faria.^[5]

No triénio seguinte (de 1821 a 1823) Domingos conseguiu essa Administração só para si, quando o contrato foi conquistado por um grupo encabeçado por José Ferreira Pinto Basto. Aquela representação devia ser muito apetecida, pois ao candidatar-se a ela, dizia Domingos que, para abraçar o negócio do tabaco, de boa vontade abandonaria os outros a que então se dedicava.

Acontece que 1823, o último ano

[1] MINUTA DE NOTA DIRIGIDA EM 1828 À JUNTA DO PORTO OFERECENDO OS SEUS PRÉSTIMOS. AJMN.

[2] MARQUES, A. H. DE OLIVEIRA, HISTÓRIA DA MAÇONARIA EM PORTUGAL, VOL. II, 1ª PARTE, P. 177

[3] CALDAS, JOSÉ, HISTÓRIA DE UM FOGO-MORTO, RENASCENÇA PORTUGUESA, PORTO 1919, P. 577. O AUTOR REFERE QUE APENAS CITOU “OS NOMES DE MAIOR SIGNIFICADO MORAL E POLÍTICO”.

[4] CALDAS, NOTA À PÁGINA 611

[5] SEGUNDO SE PERCEBE DA UMA MINUTA DE 17 DE JULHO DE 1823. AJMN.

[6] AJMN

[7] LUÍS DO REGO BARRETO, (1778 – 1840). VISCONDE DE GERAZ DO LIMA. GOVERNADOR DE ARMAS DO MINHO. SOGRO DE RODRIGO DA FONSECA MAGALHÃES

[8] CALDAS, P. 627.

[9] MARQUES, P. 177.

[10] MINUTA DE 3 DE NOVEMBRO DE 1823. AJMN

[11] AJMN

do triénio, foi politicamente muito agitado. Infelizmente, também para Domingos.

Em 23 de Fevereiro de 1823 eclodiu a revolta absolutista liderada por Manuel da Silveira Pinto da Fonseca Teixeira. O regime vintista mobilizou os seus partidários para o combate e também Domingos teve de responder à chamada. Em carta dirigida a António Ferreira Pinto Basto em 19 de Maio de 1823^[6], Domingos Mendes Ribeiro, talvez para sossegar os contratadores, explicava que tinha chegado de volta a Viana com o General Rego^[7] “*a quem acompanhava numa campanha que se figurava ser de 8 a 10 dias e que já dura há perto de 3 meses*”. E mais à frente, acrescentava, - “*Na minha ausência deixei meu filho encarregado desta Administração, o qual tem preenchido a minha expectativa e em nada fez falta a minha presença*”. Mas as coisas acabariam por tomar um caminho complicado.

De facto a revolta foi dominada. Mas pouco mais tempo durou o regime vintista e a sua constituição. Em fins de Maio D. Miguel desencadeou a sua própria revolta, a Vilafrancada. Começou como um golpe exclusivamente absolutista mas acabou de forma algo ambígua e tal ambiguidade estendeu-se até Viana. No dia 5 de Junho de 1823 volta a aclamar-se D. João VI como Rei absoluto em Viana numa sessão da Câmara cuja acta foi assinada por largo número de pessoas, e segundo José Caldas^[8] muitos dos que as-

sinaram eram liberais, e de entre os quais fez questão de mencionar dois em particular: “*Destes, os mais notórios pela sua versatili-dade foram: Domingos Mendes Ribeiro e Félix da Rocha Pariz de Araújo (o Porrás). Estes falsos sectários da contra-revolução de Vila-Franca eram tidos na vila por pedreiros-livres*”.

Nunca saberemos a razão de tal atitude. É provável que quisesse proteger-se e ao seu valioso negócio. Aliás naqueles tempos houve muitas aclamações e contra aclamações e não foram poucos os livros de actas camarárias com páginas arrancadas e nomes rasureados. Contudo, quaisquer que fossem as suas razões, Domingos acabou por ser atingido pela nova ordem. É ainda Caldas que nos informa - “*No dia 8 de Junho a Câmara resolveu ainda que fossem avisados, José Gomes Brack Lamy, José de Miranda, José Joaquim de Souza Fojo, Joaquim Pereira Viana, e Domingos Mendes Ribeiro, para que se retirem quanto antes da vila*”.

Todos estes, à excepção de Souza Fojo pertenciam à loja maçónica de Viana, extinta justamente nesse mês^[9].

O próprio Domingos nos confirma por minuta do seu copiadador que desde 7 de Junho de 1823 recolheu à Quinta de Sta. Marta, algures nas redondezas de Viana^{[10][11]}.

Como se calcula esta situação causou-lhe enormes embaraços. Ao aproximar de um novo triénio do Tabaco, fervilhava a intriga dos seus rivais, desejosos de lhe ti-

rar a administração do Contrato, conforme se percebe do que então escreveu a Pinto Basto: “*Pela estimada carta de V. S.^a de 23 do pp vejo que os meus Inimigos (ou antes os da Nação) depois de terem vomitado contra mim toda a casta de calúnias, levaram a sua maldade a ponto de tentarem intrigar-me com V. S.^a”*^[12]

Tais manobras e o forçado afastamento de Viana - quase um ano - não só deitaram a perder a representação do Contrato no triênio seguinte como provocaram que a administração do anterior ficasse “*em perfeito abandono, exposta a toda a sorte de rapacidade e extorsões*”^[13] resultando daí uma dívida ao contrato superior a 9 contos de reis que o perseguiu até depois da vitória dos liberais. Não foi isso que o fez desistir da política.

Em 1824 foi a vez de D. Miguel sair para o seu primeiro exílio. Em 1826 morre D. João VI e D. Pedro, Imperador do Brasil, exporta a sua constituição para Portugal. De acordo com a nota curricular já citada, foi Domingos Mendes Ribeiro “*quem em 1826 e 1827 comandou o Corpo de Voluntários, armado na dita Vila mantendo ali a tranquilidade pública até à invasão dos rebeldes*”^[14] ou seja, até ao regresso de D. Miguel em 1828.

“*Foi finalmente ele quem nas épocas mais arriscadas [até à revolta do Porto em Maio de 1828] se achou encarregado de melindrosas diligências, importantes missões e de entreter correspon-*

dências”, actividades “então olhadas como criminosas pela facção rebelde, por isso mesmo que tendiam a libertar a Pátria do jugo do Despotismo”^[15].

Assim chegamos à revolta liberal de 1828 e à formação da Junta do Porto à qual Domingos Mendes Ribeiro terá dirigido a referida nota curricular^[16]:

“*Desejoso ainda de empregar-se a prol da Sagrada Causa da Legitimidade d’El Rei o Sr. D. Pedro IV e da Carta, oferece os seus serviços à Ex.ma Junta Provisória encarregada de manter a Legítima Autoridade do mesmo Augusto Senhor, a fim de que se digne empregá-lo em qualquer das Repartições do Governo, ou naquele Serviço que lhe designar*”.

Ignoro se houve e qual teria sido a resposta que a dita Junta lhe deu. Mas antes de qualquer conjectura sobre a forma como se iniciou mais este acidentado capítulo da sua vida, vamos indagar o que até aí se tinha passado com seu filho, o Avô paterno do General, José Mendes Ribeiro.

A fonte de onde foi possível retirar os conhecimentos sobre os seus primeiros passos na política é um requerimento elaborado muito posteriormente, em 1879^[17], onde recapitulou a sua via pública.

Diz-nos ele que começou “*a trabalhar pela liberdade do País em 1817*”. Tinha então pouco mais de 16 anos.

“*Tendo entrado em grande número das combinações que tiveram lugar para a heroica restauração de 1820*”, foi depois com a vitó-

ria do vintismo “*soldado do Batalhão Cívico de Viana do castelo e cabo da Guarda Civil da mesma cidade*”. E em 1823 depois da Vilafrancada e tal como seu Pai foi “*perseguido e homiziado*”.

No referido requerimento José Mendes Ribeiro assegurava ainda que sempre tinha sido “*muito dedicado à causa de sua Majestade Imperial o Senhor D. Pedro IV e a sua Augusta Filha, a Senhora D. Maria II, procurando, muito antes de se alistar no serviço Real, dirigir por todos os meios ao seu alcance, o espírito público a favor da justa causa de tão Augustos Monarcas, sendo um dos primeiros que no mês de Dezembro de 1826 se alistou no Batalhão de Voluntários do Senhor D. Pedro IV, organizado por ordem do Governador de Armas da Província do Minho, na Vila de Viana do Castelo, acompanhando em Fevereiro de 1827 o mesmo Batalhão para a Praça de Valença, onde fez o serviço de guarnição da mesma Praça até regressarem à Vila de Viana do Castelo, de onde em Junho de 1828 partiu, por se não poder conter a rebelião manifestada nesta Vila, para a cidade do Porto, alistando-se imediatamente no Batalhão de Voluntários Provinciais nº 21, fazendo logo o serviço mais activo que nesta cidade então se praticava, mostrando sempre todo o zelo e interesse pela causa do Senhor D. Pedro IV e fazendo sempre com exacto desempenho todos os serviços que lhe foram ordenados*”.

Ora o “*Diário de Porto*” de 16 de

[12] AJMN

[13] MINUTA DE CARTA DE 10 DE AGOSTO DE 1834, PARA JOSÉ FERREIRA PINTO BASTO. AJMN.

[14] AJMN

[15] AJMN

[16] AJMN

[17] MINUTA DE REQUERIMENTO, 1879. AJMN.

[18] AJMN

[19] INSTRUÇÕES DO COMANDANTE DA 3ª BRIGADA. ACB

[20] MREQUISIÇÃO DO JUIZ DE FORA MANUEL DA COSTA BANDEIRA. ACB.

[21] SEGUNDO LUZ SORIANO: “DOS 2380 EMIGRADOS EMBARCADOS NA CORUÑA E NO FERROL PARA INGLATERRA NOS ONZE TRANSPORTES ATRÁS MENCIONADOS, UNS CHEGARAM A PORTMOUTH EM 26 DE AGOSTO, E OUTROS A 7 E 12 DE SETEMBRO, E ALGUNS QUE NÃO PUDEAM MONTAR O CABO LIZARD, ARIBARAM A SANTUVES”

Junho de 1828 contém uma lista dos Batalhões de Voluntários de denominação do Sr. D. Pedro IV, entre os quais se encontra o nº 21, de Viana, comandado por Domingos Mendes Ribeiro, e assim temos Pai e Filho, não só comungando das mesmas ideias, mas reunidos também na mesma sorte. É sobejamente conhecido o episódio da Belfastada com o qual se desmoronou a revolta do Porto em Julho de 1828. À pouco lisonjeira escapadela dos altos mentores do movimento para o famoso navio inglês, correspondeu a fuga dos combatentes liberais por terras de Espanha, até à Corunha, num calvário de insultos, maus tratos e humilhações infligidas pelas autoridades espanholas. Tão negras eram as perspectivas que José Mendes Ribeiro fez testamento para sua mulher de quem já tinha uma filha^[18].

Enquanto isso do lado de cá da fronteira em Ponte de Lima, cerca de trinta praças da 3ª brigada de Ordenanças de Ponte de Lima, com alguns cabos e Sargentos, concentraram-se silenciosamente ao cair da noite do dia 17 de Agosto de 1828 “no sítio do Antepasso, na Congosta abaixo da casa de António de Sá”, esperando as ordens do Juiz de Fora de Ponte de Lima, Manuel da Costa Bandeira. Essa força tinha sido pedida ao comandante dessa Brigada, João de Barros Barbosa Abreu Lima, da Casa da carcaveira, recomendando que as ordenanças se concentrassem “sem barulho”^[19] e em

lugar que não fosse “tão chegado à Vila que haja nela a mais leve desconfiança”. Destinava-se a auxiliar o Juiz de Fora a “efectuar a prisão dos indivíduos culpados na Devassa de Rebelião, a quem ele tenciona assaltar esta noite”^[20], e o mesmo Juiz tinha pedido que fosse escolhido um comandante capaz. A escolha recaiu sobre o Capitão de Ordenanças, Francisco José de Matos Prego, da Casa e Quinta do Barrio em Moreira do Lima, proprietário e contratador de rendas de casas nobres e instituições religiosas.

Esta terá sido a única participação concreta deste bisavô materno de Norton de Matos em acções da causa de D. Miguel. Não resta, contudo, dúvida de que era um homem devotado ao Antigo Regime e partidário do absolutismo, “*um façanhudo sectário do governo da usurpação*”, como nos deixou dito uma das vítimas da alçada, Manuel Joaquim Pinto, mestre sapateiro de Ponte de Lima que na sua versão o acusaria de, naquela noite, lhe ter feito “*uma montaria maior do que costuma fazer-se a um lobo, pois levou para cima de 400 guerrilhas*”.

Deixemos o desgraçado sapateiro de Ponte de Lima a caminho das prisões dos absolutistas, para voltar aos fugitivos da Belfastada.

Não é certo quando chegaram e onde desembarcaram em Inglaterra os Mendes Ribeiro^[21]. Algures em Agosto ou Setembro de 1828. Mas só em 1 de Novembro voltamos a ter notícia deles através do

notável documento que é o Diário^[22], de José Mendes Ribeiro, que nesse dia começou a registar os seus passos no exílio.

Nessa altura, passados os difíceis primeiros dias naquele Reino, o Avô de Norton de Matos estava instalado em Mutley, então um subúrbio de Plymouth, beneficiando da hospitalidade de uma tia^[23], que contudo cobrava as despesas de sustento. Com ele estava o Pai, Domingos, os cunhados Tomás Norton e Luís Murat^[24].

Foram três anos e meio angustiantes em que o desespero e a esperança alternavam ao sabor dos boatos que diariamente alimentavam as conversas sobre a situação no “desgraçado país”.

Domingos Mendes Ribeiro foi o primeiro a sair para a Ilha Terceira. Na entrada de 8 de Março de 1829, escreveu seu filho no diário:

“Meu Pai e Luís [Murat] saíram hoje no Brig para a [Ilha] Terceira. Fácil é de conhecer o ponto de sensibilidade que esta separação me causou, tendo até hoje, desde que saí do Porto vivido sempre juntos. Mas enfim, os nossos destinos são regulados por uma mão indiferente a todas as considerações”^[25]

Luís Murat pessimista em relação ao futuro de Portugal, já nessa altura decidira seguir para o Brasil, o que concretizou pouco tempo depois. Com sua mulher Maria José Norton, foram os fundadores de um notável ramo da família Norton no Brasil, os Norton de Murat Quintela.

Durante a longa permanência em

Plymouth José Mendes Ribeiro e Tomás Norton viveram intensamente as peripécias políticas com que se ia gizando o futuro de Portugal. Todos os dias se deslocavam à cidade onde se encontravam com outros emigrados trocando informações sobre Portugal tanto em relação ao que se passava dentro das fronteiras como sobre as posições que a Inglaterra e as Potências europeias iam tomando sobre o conflito dinástico.

Por duas vezes Silva Carvalho e Rodrigo da Fonseca vieram de Londres passar temporadas em Plymouth e em ambas ocasiões sabemos pelo referido diário que amiúde se encontraram com Mendes Ribeiro e Tomás Norton reunindo-se em casa de uns e outros. A intimidade com Rodrigo da Fonseca vinha detrás. Ele era casado com a filha do General Luís do Rego, Inácia, que era familiarmente referida no Diário por Inacinha. Em Plymouth José Mendes Ribeiro e o cunhado participaram na instalação de uma loja maçónica, provavelmente a que se chamou Fidelidade, recebendo José os dois primeiros graus em 1829. Em Fevereiro de 1832, houve eleição de oficiais e Tomás foi eleito “Orador” e o cunhado “Arquitecto Decorador, e mais teria sido se não fosse a ausência”^[26].

De facto desde Junho de 1831 José Mendes Ribeiro estava em Londres onde ficou até à saída para os Açores. A morada para onde lhe era enviada correspondência - 3 Bakertreet em Portman Square - era a embaixada da Regência ou muito

perto dela, e pelo conteúdo de algumas cartas que recebia - cumprimentos e empenhos para Silva Carvalho e Rodrigo da Fonseca - percebe-se que trabalharia junto destes e estava em estreito contacto com outras figuras da Emigração.

Voltando à Loja Maçónica, deve referir-se que não foi impermeável às fricções políticas que desde o início se registaram no seio da Emigração. Em correspondência para o cunhado dizia Tomás Norton em 19 de Março de 1832, nas vésperas da partida para os Açores: “*Eu tenho resolvido não voltar ao senão uma vez antes daqui sair [para os Açores], e a razão procede da diversidade de opinião, e não querer por forma alguma entrar em questões que só me podem causar dissabores. [...] o Ven é exaltado partidista da oposição*”^[27].

Que significava naquela altura “oposição”? Havia de facto dois campos opostos na Emigração. Com a Belfastada tinha-se aberto uma ferida que nunca mais sarou e acabou por infectar a política portuguesa até meados do século XIX, pelo menos... Com a vinda de D. Pedro para a Europa, as posições extremaram-se ainda mais e assistiu-se a uma guerra de panfletos, proclamações e abaixo-assinados. De um lado uma linha radical ligada aos nomes de Saldanha, Pizarro, Passos, onde militava a maioria dos emigrados em França, defensores de uma reforma da Constituição de 1826 no sentido de uma “*república monárquica*”^[28], acérrimos e hipócritas de-

[221] AJMN.

[231] PELA ENTRADA DO DIÁRIO DE JOSÉ MENDES RIBEIRO DO DIA EM QUE FOI RECEBIDA A NOTÍCIA DA MORTE DE ANDRÉ NORTON CONCLUI-SE SEGURAMENTE QUE ESSA TIA ERA DA FAMÍLIA NORTON: 13 DE MARÇO DE 1929. "RECEBI UMA CARTA DE ANTÔNIO DE SOUZA VIANA DIRIGIDA A MEU PAI COMUNICANDO-NOS A MORTE DE MEU SOGRO. É IMPOSSÍVEL IMAGINAR O ESTADO EM QUE FICAMOS COM UMA NOTÍCIA TÃO FATAL E INESPERADA. VIEMOS LOGO PARA CASA UNIR OS NOSSOS AOS SENTIMENTOS DA FAMÍLIA". DIÁRIO, AJMN.

[241] LUÍS QUERIO L MURAT, (1800 – 1863), CASADO COM MARIA JOSÉ TAVARES DE RESENDE NORTON,

[251] DIÁRIO, 8 DE MARÇO DE 1829. AJMN.

[261] CORRESPONDÊNCIA DE TOMÁS NORTON PARA JOSÉ MENDES RIBEIRO, FEVEREIRO DE 1832. AJMN.

[271] NOGUEIRA ERA O NOME DO VENERÁVEL.

[281] BONIFÁCIO, MARIA DE FÁTIMA, UM HOMEM SINGULAR, D. QUIXOTE, 2013, P. 33

[291] DA ILHA TERCEIRA EM 30 DE MARÇO DE 1830. AJMN.

[301] PROVAVELMENTE PAULO MIDOSI, QUE ESTAVA EM LONDRES E PUBLICAVA COM GARRET O "CHAVECO LIBERAL".

fensores da legitimidade da criança/Rainha D. Maria II.

Na outra linha estava a maioria dos emigrados em Inglaterra, Palmela, Terceira, Silva Carvalho, Rodrigo da Fonseca, a quem os adversários chamavam "os áulicos", moderados, mais próximos de D. Pedro ainda que igualmente defensores da legitimidade da Rainha. Asseguravam e dominavam a direção militar, financeira e diplomática das operações.

José Mendes Ribeiro e Tomás Norton nunca se manifestaram contra os moderados, o que é natural dada a sua proximidade a Rodrigo da Fonseca.

Já Domingos parecia algo desconfiado em relação aos áulicos, a acreditar em algumas passagens da única carta que se conhece daqueles tempos escrita da Ilha Terceira,^[291] criticando o filho pela sua moderação.

"Com efeito aqui chegou no dia 15 a Regência e se instalou a 16, sendo composta de 3 membros que são Palmela, Vila Flor e [Marques] Guerreiro tendo por secretário o Mouzinho [de Albuquerque]. Estes senhores mostram-se agora muito Constitucionais, porque já sabem que outra marcha é errada, nem nós a seguimos."

"Eu já vejo que quando quiser que as cartas que escrevo a Midosi^[301] cheguem a seu poder, é preciso dirigir-lhas diretamente, porque indo por tua via embarcam aí pelo medo que te infundem os Cagões: eu não se me dá que sejam patentes a todo o Mundo, para que se veja qual é a opinião da Força Armada

desta ilha e que nós de maneira alguma transigimos com patifarias; pois queremos Carta e mais Carta e sem Carta não queremos nada; e não se enganem os Mandões connosco porque em tal caso eles é que serão os enganados."

"Escusam portanto de fazer a corte aos Mandões, porque não são eles quem o há de decidir, é sim o Soberano Congresso Nacional."

José Mendes Ribeiro deixou Inglaterra em Março de 1832 navegando para os Açores.

Primeiro para a Terceira onde estava seu Pai seguindo depois para S. Miguel.

Ele próprio nos descreve em detalhe o seu percurso desde que foi "nomeado para Amanuense da Secretaria de Estado dos Negócios do reino [do Governo da Regência]. Tendo-se alistado na Ilha de S. Miguel como soldado na 6ª Companhia do Regimento de Voluntários da Rainha a Senhora D. Maria II, em 24 de Abril de 1832, tendo baixa e escusa de serviço em 17 de Dezembro de 1832, tendo sempre boa conduta militar e civil [...], sendo certo que ainda depois de ter tido baixa do Regimento e ter passado a empregado público, logo que havia fogo nas linhas da cidade do Porto vinha incorporar-se ao mesmo Regimento de Voluntários da Rainha a Senhora D. Maria II, e tomar parte com ele em todos os ataques, enquanto esteve naquela cidade."

"Tendo embarcado na Ilha de S. Miguel com o Exército Libertador e desembarcado nas praias

do Mindelo com o Regimento de Voluntários da Rainha a Senhora D. Maria II, no dia 8 de Julho de 1832, sendo sempre muito pronto em todo o serviço extraordinário do mesmo Regimento, apesar do emprego que tinha na Secretaria de Estado dos Negócios do reino.” Tendo entrado em todas as sortidas e acções que, desde o desembarque do Mindelo até à partida de Sua Majestade Imperial o Senhor D. Pedro IV para Lisboa, se feriram durante o cerco do Porto, tais como o reconhecimento de Valongo no dia 22 de Julho de 1832, batendo-se na esquerda da linha juntamente com os seus camaradas em atiradores; tomando parte na batalha de Ponte Ferreira; distinguindo-se no reconhecimento que teve lugar no dia 25 de Agosto de 1832 no sítio denominado da “Água Ardente”; e na acção do dia 29 de Setembro de 1832 no sítio denominado “Póvoa de Cima”.

Tendo embarcado a bordo da corveta de guerra “Constituição” na qualidade de adido à comissão sobre as barras das Vilas de Viana do castelo e de Caminha de que, por portaria de 26 de Agosto de 1832, foi encarregado o Bacharel Tomás Norton, com o fim de comunicarem com a terra para promoverem, principalmente em Viana, um movimento popular a favor do Porto.”

Tendo sido promovido a amanuense de 1ª Classe da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, por Decreto de 11 de Janeiro de 1833, como prova dos documen-

tos como se pode ver no Tomo 2º da Crónica Constitucional do Porto de 1833, e exercido este lugar até 15 de Setembro de 1833 em que foi promovido a Oficial ordinário graduado da mesma Secretaria de Estado;

Tendo embarcado para Lisboa com Sua Magestade Imperial o Senhor D. Pedro IV na noite de 27 de Julho de 1833”^[31].

Com o fim da guerra foi preciso acertar contas. Como iam ser compensados aqueles que se tinham sacrificado pela causa? Num primeiro passo distribuíram-se empregos. Como disse Rodrigo Sampaio nessa altura – “Os empregos são o nosso campo de batalha”^[32].

Mas como se poderia ressarcir os prejuízos que exílios, prisões e sequestros tinham provocado? Legislou-se que “os prejuízos causados directa, individual e espontaneamente pelos sectários da usurpação deverão ser indemnizados pelos seus autores”^[33]. Não era exequível na maioria dos casos. Então que pagasse o estado. Recorreu-se então à emissão de títulos de dívida pública. Só que não havia dinheiro. Mas abundavam os bens dos extintos conventos, e quem os quisesse adquirir podia pagar boa parte com os tais títulos.

Pois bem, Domingos Mendes Ribeiro foi nomeado a título vitalício administrador da Alfândega de Viana do Castelo. José como vimos estava já como Oficial no ministério do Reino. Sem perder este posto ganhou ainda o de Secretário

do Governo Civil de Viana e ainda recebeu uma indemnização em títulos que lhe permitiria comprar o Convento e Quinta de Refojos.

Do lado dos vencidos ficou o outro bisavô de Norton de Matos, o capitão de ordenanças. Ora o mestre sapateiro de Ponte do Lima, Joaquim José Pinto, sobrevivente de quatro anos de prisões Miguelistas, entendeu que tinha a lei do seu lado e pediu ao tribunal da Vila que condenasse Francisco José de Matos Prego a pagar-lhe uma indemnização de setecentos mil reis. Fez-se o julgamento, alegadamente debaixo de ameaças. Disse-se que várias pessoas mostravam pela janela do tribunal “facas, punhais e pistolas, dizendo que reparassem no que faziam, que decidissem a causa a favor do Autor sem fazer diminuição ao seu peditório”. E o sapateiro ganhou. Mas perdeu na Relação do Porto onde Matos Prego intentou recurso. E – aí do vencedor! – ficou-se sem saber se teriam ainda sobrado alguns títulos para compensar a desgraça do mestre sapateiro de Ponte do Lima.

Infelizmente as contas políticas entre radicais e moderados ainda estavam por saldar. As divergências do período da emigração voltaram a emergir. Pela revolução de Setembro de 1836 os radicais tomam o poder. Silva Carvalho volta ao exílio, Rodrigo é afastado. Mendes Ribeiro perde os seus cargos.

Nos tempos agitados que se se-

guiram não o vemos a desempenhar qualquer função política. Só depois de 1839, afastados os radicais, setembristas terá sido Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo. Nessa altura Rodrigo da Fonseca e Tomás Norton tinham sido eleitos Deputados por Viana.

Na sequência Mendes Ribeiro foi nomeado Tesoureiro da Fazenda do Distrito de Viana do Castelo em 4 de Dezembro de 1840^[34].

Passados anos porém outro sobressalto o esperava. Corria o mês de Maio de 1846. A revolta da Maria da Fonte estava no auge e todo o Alto Minho ardia nas labaredas ateadas pelo furor popular contra os impostos, as leis da saúde e as reformas que, bem ou mal, o governo de Costa Cabral tentava pôr em prática. Mas não estava sozinho esse povo, que com mulheres decididas à frente, descia das montanhas e invadia desordenadamente as vilas e cidades. Conservadores “*miguelistas*” e a esquerda “*setembrista*” animavam abertamente a revolta resuscitando as suas “*guerrilhas*”.

Foi assim que enquanto em muitas terras minhotas os sinos iam repicando por D. Miguel, no dia 17 de Maio daquele ano a oposição “*setembrista*” de Viana do Castelo tomava a iniciativa. Vinte e cinco indivíduos apresentaram-se no quartel de Infantaria 3 e anunciaram ao Governador Civil ali recolhido a sua decisão de se “*unirem ao movimento nacional*”^[35]. José Mendes Ribeiro, não era setembrista mas levado pelo ódio a Cos-

ta Cabral fez parte desse grupo. Entre a Maria da Fonte e a Patuleia, instalou-se a confusão em Viana que mudou várias vezes de mãos entre cabralistas e seus contrários. Veio a intervenção estrangeira e a convenção de Gramido.

Quando as novas autoridades quiseram tomar posse do cofre da Fazenda de Viana procuraram em vão José Mendes Ribeiro. Segundo alguns este teria saído “*para o Porto, no êxodo dos setembristas locais*”^[36]. A verdade é que ainda antes de terminado o conflito, tinha reduzido o seu protagonismo recolhendo-se na quinta de Refojos do Lima e só em Setembro de 1849 veio prestar contas da sua actividade como Tesoureiro recebendo quitação da Fazenda Pública^[37].

Mas desde 1847 estava novamente despojado do seu emprego, e teve de viver apenas dos seus negócios no comércio de bacalhau.

Quanto a Francisco José de Matos Prego, também ele foi chamado em Dezembro de 1846 pelos chefes das forças miguelistas envolvidas na Patuleia. O Comandante das Ordenanças de Ponte do Lima, José da Silva Brandão Moreira intimou-o a reunir-se “*às forças do Il.mo Sr. Francisco de Abreu Pereira Coutinho*” com “*os soldados Milicianos Voluntários Realistas que serviram nos Batalhões realistas, devendo levar armas ainda que sejam caçadeiras*” Matos Prego, velho e escaldado de aventuras, descartou-se, informando que estava com “*uma vigorosa constipação*”, como po-

[31] REQUERIMENTO, 1879. AJMN.

[32] BONIFÁCIO, P. 43.

[33] CARTA DE LEI DAS INDEMNIZAÇÕES, DE 25 DE ABRIL DE 1835.

[34] TERMO DE RESPONSABILIDADE, 28 DE SETEMBRO DE 1849. AJMN.

[35] OFÍCIO DO NOVO GOV. CIVIL ARAÚJO E GAMA, PARA O M. DO REINO, DE 4 DE SETEMBRO DE 1846, REPRODUZIDO EM CYRNE DE CASTRO, FRANCISCO, *A PATULEIA NO ALTO MINHO*, ARQUIVO DO ALTO MINHO, VIANA DO CASTELO, 1964, P. 26

[36] IDEM

[37] ACB.

dia confirmar o “*Cirurgião Costa dessa Vila*”, e que tinha passado “*o ofício e comando ao seu Alferes Manuel José Teixeira a quem*” S. Senhora “*podia dirigir as suas ordens*”^[381].

Só com a Regeneração, quando o amigo Rodrigo atinge o auge da sua carreira de homem público, volta Mendes Ribeiro à carreira política.

Segue-se uma longa permanência na Câmara de Viana. Foi Vereador durante os biénios de 1852-1853 e 1854-1855, e depois novamente Vereador e Presidente, entre 1860 e 1867.

Entre 1853 e 1860 foi ainda Vogal da Junta Administrativa das obras da barra de Viana do Castelo.

Entretanto tinham morrido Tomás Norton e o amigo comum Rodrigo da Fonseca e começava a despontar um novo astro na política nacional, Fontes Pereira de Melo, que Mendes Ribeiro apoiou muito empenhado, aderindo com entusiasmo à solução política da Fusão e pondo ao seu serviço o jornal *Vianense*, de que era proprietário^[391].

Fontes, reconhecido, escreveu-lhe:

“*Meu bom amigo*

Agradeço muito a V.S. a sua adesão à fusão política ultimamente celebrada, e agradeço-lho do coração, tanto mais quanto alguns amigos houve que se deixaram ficar à retaguarda nesta grande marcha que ultimamente fizemos para a frente. Prova isto que V.S. foi e é sempre um bom amigo e decidido e leal partidário.

Meu caro Sr. Mendes Ribeiro, mostremos nesta ocasião o que valemos nós os

homens da Regeneração, e a elevação dos nossos espíritos. Quanto mais abnegação tivermos e mais despreocupados nos sentirmos, tanto mais subiremos na consideração do País, e no respeito de amigos e adversários”^[401].

Mas ficou-se por aqui. E Mendes Ribeiro achou pouco, pois precisava de muito mais. Estava na miséria, pejado de dívidas.

A família aconselhava-o a cortar despesas, mas ele ainda resistia:

“*Se suprimo a publicação do Vianense, se fecho a sala a esses poucos amigos que me visitam à noite, se dou ao público mais demonstrações das minhas desgraçadas circunstâncias, dou lugar a que de hoje para amanhã me ponham escritos nas portas*”^[411].

Como tinha chegado a tal situação? Ele mesmo deu algumas explicações: “*Temos sido muito enganados e caloteados, devem-nos uma quantia enorme em dinheiro de que não recebemos nem uma terça parte; só por causa do Sr. Fontes gastei eu mais de 9 contos, e que nada dele tenho podido receber; desempregado em 1847 faltou-me a ajuda do ordenado*”^[421].

Finalmente chamava a Fontes o “*homem o mais ingrato que eu conheço*”^[431].

Conseguiu contudo ser nomeado Secretário do Governo Civil de Viana em 1870.

Mas 9 anos depois, já quase octogenário, recebe o golpe final. Os seus inimigos no poder concretizam uma mudança humilhante. Não lhe retiraram a posição de

Secretário mas havia de exercê-la no Governo Civil de Angra do Heroísmo. Viuvo, velho e pobre Mendes Ribeiro recusa e solicita a reforma pondo um ponto final e inglório na sua vida política.

A falta de tempo e espaço para a presente comunicação não permitem abordar as fugazes actividades políticas de Manuel José de Matos Prego e Sousa e de Tomás Mendes Norton, Avô materno e Pai do General Norton de Matos. Tal não nos impede de retirar algumas conclusões.

Quatro gerações da família, através de alguns dos seus elementos, encontraram na política o caminho para a superação pessoal e social. A ânsia de ser alguém, sobressai da vasta correspondência que nos deixaram nos arquivos de família.

Foi mais fácil para os Matos Prego, pois limitavam-se a manter uma posição. Luta cheia de dureza e sacrifícios para os Mendes Ribeiro, que conseguiram contudo ser alguém no seu tempo, tiveram influência, chegaram a distribuir benesses. Mas hoje, nesta época de hiper informação em que vivemos, ninguém sabe quem foram, não têm nome de rua nem estátua erigida.

Norton de Matos, apesar do tributo que a política também lhe cobrou – prisões, exílios e perseguições - conseguiu aquilo por que os seus antepassados lutaram mas nunca alcançaram. O reconhecimento como figura moral de elevada estatura com o seu nome inscrito na História de Portugal e na de Angola, aonde, na cidade do

Huambo que fundou, lhe é ainda guardada e respeitada a memória.

Ponte do Lima, 25 de Março de 2017

[38] ACB.

[39] PUBLICOU-SE DE MARÇO DE 1858 A DEZEMBRO DE 1868.

[40] AJMN.

[41] CARTA DE 14 DE NOVEMBRO DE 1868 PARA O FILHO TOMÁS MENDES NORTON. ACB.

[42] CARTA DE 5 DE JULHO DE 1866 PARA O FILHO TOMÁS MENDES NORTON. ACB.

[43] CARTA DE 3 DE JULHO DE 1866 PARA O FILHO TOMÁS MENDES NORTON. ACB

ABREVIATURAS

ACB · Arquivo Matos Prego, Casa do Barrio, Moreira do Lima

AJMN · Arquivo de José Mendes Norton, de D. Maria Teresa Martins da Costa e sobrinhos